

70º Aniversário da revolução chinesa

No 1º outubro de 1949, o Partido Comunista Chinês, liderado por Mao TSE DUNG, criou com a República Popular um Estado nacional que, além de superar a condição semicolonial do país, deslanchou, segundo diversos observadores, também as bases sociais e econômicas da recente transformação do *Reino do Meio* numa das estrelas mais brilhantes no âmbito do mercado mundial. Neste contexto, cabe lembrar que a República Popular da China (RPC),

--- nos anos após a *Queda do Muro de Wallstreet* (Joseph Stiglitz), contribuiu para o crescimento do PIB global mais do que a EU e os EUA;

--- registra o crescimento de uma classe média de aproximadamente 300 milhões de pessoas com um patrimônio médio líquido de \$US 139.000 que chega a um poder aquisitivo que é consideravelmente maior do que o dos EUA ou do Japão;

--- investiu em larga escala na melhoria de sua infraestrutura, tendo ampliado por 30 mil quilômetros a sua rede ferroviária com trens de alta velocidade,

--- movido pela necessidade de diminuir a sua dependência das usinas de carvão, por sua vez a fonte mais poluente de energia, o governo chinês, conforme a *Bloomberg New Energy Finance*, mobilizou em 2017 \$US 133 bilhões na ampliação do seu parque de energias renováveis, instalando novas usinas solares com uma capacidade de 53 Gigawatt e tornando-se, assim, o vanguardista internacional no campo das energias limpas.

-- determinou, no início de 2017, a partir de 2019, 10% dos novos carros licenciados têm que ser carros elétricos, uma quota que, na capital, deve alcançar já em 2020 a casa dos 60% e

--- se destaca como campeão mundial em comércio eletrônico e pagamentos móveis.

Certamente, serão tais proezas da RPC que devem ser discutidas exaustivamente pela mídia internacional, que responde pela cobertura do 70º aniversário da República Popular.

Contudo, no **Site do Trópico** adotaremos, diante do memorável aniversário, um enfoque diferente. Considerando que, no século passado, a Primeira e Segunda Guerra Mundial

levaram na Rússia e na China à revoluções nominalmente socialistas que desacoplaram estes dois países (semi)periféricos do mercado mundial, debateremos, através de uma abordagem de **Thomas A. Mitschein**, as maneiras, pelas quais os seus principais protagonistas políticos implementaram vias não capitalistas ao desenvolvimento industrial que, conforme o autor, precisam ser entendidas como estratégias de afirmação da soberania nacional diante de um estado de sítio.

As vias não capitalistas ao desenvolvimento industrial da União Soviética e da República Popular da China *

Thomas A. Mitschein¹

¹ Sociólogo, Dr. Phil pela Universidade de Muenster - Alemanha, desde 1992 pesquisador e docente em entidades técnico-científicas de países amazônicos, atualmente coordena na Universidade Federal do Pará (UFPA) o Programa Interdisciplinar Trópico em Movimento - Fomentando a Criação de uma moderna Civilização da Biomassa na Amazônia e é Professor do Núcleo de Meio Ambiente da UFPA.

“A história tomou um rumo tão estranho. Pariu em 1918 duas partes separadas do socialismo, uma ao lado da outra, como dois pintos em baixo da chocadeira do imperialismo internacional. A Alemanha e a Rússia personificam exemplarmente as condições da realização material do socialismo, a primeira em termos econômicos, técnicos e culturais e a segunda do ponto de vista de suas condições políticas.”

Mas este diagnóstico de Lênin (cit. in Bahro: 1977, p. 117, tradução T.M.) não se concretizou. Não veio o ansiado deslocamento do centro da revolução de Moscou para Berlim e sim a guerra civil que, depois da vitória do recém-montado exército vermelho sobre os guardas brancos e os seus 14 aliados da *Entente*, colocou o país de joelhos em termos econômicos: No início de 1921, “a renda nacional russa era de apenas um terço de sua renda de 1913.” (Deutscher 2005, p. 120)

Diante desta enorme regressão econômica, o governo soviético introduzia em 1921 com a Nova Política Econômica (N.P.E.) um conjunto de diretrizes que acabava com as requisições do produto excedente dos camponeses, praticadas pelas instancias do Estado durante o assim chamado o *Comunismo de Guerra*, abria canais de troca livre entre campo e cidade, privatizou empresas indústrias e comerciais de pequeno e médio porte, oferecia concessões à empresas estrangeiras para investimentos produtivos e priorizava a melhoria das condições de (re)produção do campesinato.²

Mas da mesma maneira em que visava adaptar um país socioeconomicamente esgotado ao recuo das esperanças revolucionárias na Europa Ocidental, suscitava a questão da perspectiva histórica da iniciativa revolucionária bolchevique diante do baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas da Rússia. Uma questão, levantada pelo próprio Lênin (1970, p. 868,869, tradução e destaque T.M.) em março de 1923 nos seguintes termos:

² “Porque justamente o campesinato – perguntou Lenin (1970, p. 679, tradução T.M) - e não os operários? Porque a elevação das condições de vida dos operários depende de pão e de combustível. (...) Mas a produção e a distribuição de cereais, o fornecimento e o transporte de combustível não podem ser aumentados sem uma melhoria da situação dos camponeses e de suas forças produtivas. Precisamos começar com o campesinato. (...) O que é mais urgente, neste momento, são medidas que são capazes de elevar, de forma imediata, as forças produtivas da economia campesina”.

“Será que um povo que entrou numa situação revolucionária, uma situação que surgiu na primeira guerra imperialista, será que este povo, devido à falta de perspectivas do seu futuro, **não poderia se jogar numa luta para conquistar condições não-comuns que sirvam de base para os seus avanços civilizatórios.** (...) Porque não pensar que a completa falta de perspectivas da nossa situação que, aliás, multiplicou as forças dos operários e dos camponeses, abrirá a possibilidade de desenvolver **uma via de transição para a criação dos fundamentos básicos da civilização que difere dos caminhos de todos os outros Estados da Europa ocidental?** Se para a constituição do socialismo um determinado nível cultural é indispensável (mesmo considerando que ninguém possa dizer em que, exatamente, este nível cultural consiste, já que é diferente em qualquer um dos Estados europeus ocidentais), **porque nós não deveríamos começar a conquistar este nível através de uma via revolucionária e avançar e alcançar os outros povos na base do poder dos operários e dos camponeses e da ordem soviética?**”

De qualquer maneira, ao incentivar o crescimento da oferta de bens alimentícios e industriais, a Nova Política Econômica estava aliviando a situação econômica da União Soviética. Entretanto, considerando que a produção da indústria se recuperava mais lentamente do que a da agricultura, a discrepância entre os preços dos bens industrializados e dos do setor agrícola continuava ameaçando a troca de produtos entre campo e cidade. Em 1923, diante da escassez de produtos industriais, os agricultores que dispunham de melhores condições produtivas, os *kulaks*, reduziram a venda do seu produto comercializável. E no final de 1927, os camponeses venderam ao Estado apenas a metade dos cereais que tinham ofertado no ano anterior, colocando em xeque a alimentação dos habitantes das zonas urbanas e dos soldados do exército vermelho. O que fazer numa situação desta natureza, na qual se tornava claro que os avanços da imperiosa industrialização retardatária do país estavam encontrando a sua limitação na “vontade dos camponeses de elevar as suas vendas mais rapidamente do que as suas compras”? (Ehrlich 1971, p. 162, tradução T.M.) É óbvio que, diante de um desafio desta envergadura, os bolcheviques entravam num campo desconhecido³, já

³ O debate sobre esta problemática se realizava depois da morte de Lênin no âmbito da luta pelo poder no interior do Partido bolchevique e do Estado Soviético. Cabe lembrar aqui que a *oposição de esquerda* realçava que o país precisava acelerar o ritmo da industrialização. Mas como alavancar uma empreitada desta natureza num país em que o processo de acumulação enfrentava o seguinte paradoxo: Dependia, diante do seu isolamento internacional, da não-equivalência das trocas entre o setor estatal e a economia camponesa, mas, em virtude das necessidades políticas da aliança operário-camponesa que tinha sido reafirmada e salva pelas medidas da N.P.E., enfrentava profundos limites em sua aplicação. O grupo da oposição, liderado por Trotski, defendia um aumento da tributação dos *kulaks* e dos *nepmen* (comerciantes privados), mas tinha noção do efeito reduzido de medidas deste tipo. Em consequência disso, atacava o projeto stalinista do “socialismo num só país” como ilusório, insistindo que qualquer discussão sobre a construção do socialismo não podia deixar de lado o imperativo categórico da revolução mundial.

que, antes da revolução russa, ninguém tinha uma ideia mais apurada como se deve construir uma economia socialista.

Mas é digno de nota que todos que participavam no debate sobre esta questão, compartilhavam a ideia de que nos centros do capitalismo mundial o próprio movimento do capital, pelos elementos de planificação que caracterizavam o processo de sua centralização e concentração, estava dando os primeiros passos para a transição de uma sociedade socialista.

Tratava-se de uma linha de argumentação que tinha deixado profundos vestígios nas crescentes organizações políticas e sindicais do movimento operário socialista na virada do século XIX para o século XX, se manifestando no pensamento do próprio Lênin (1970, p. 359, tradução T.M.), quando este, poucos meses antes da revolução russa, apresentava como “padrão de uma economia socialista” as modalidades do funcionamento do **correio alemão**.

“Atualmente – ele escreve em “Estado e Revolução” (ibid, tradução T.M.) – o correio é um empreendimento que está organizado nos moldes do capitalismo monopolista de estado. O imperialismo transforma passo a passo todos os trustes em organizações parecidas. Em cima dos “simples” trabalhadores que laboram e passam fome, figura a mesma burocracia burguesa. Mas o mecanismo da contabilidade racional e unificada já está presente aqui. Derruba-se os capitalistas, quebra-se com o punho de aço dos operários armados a resistência destes exploradores, destrua-se a máquina burocrática do estado moderno – e, neste momento, temos na nossa frente um mecanismo altamente desenvolvido em termos técnicos que foi liberado dos “parasitas” (...) O nosso próximo objetivo é organizar *toda* a economia nacional como o correio dentro de um sistema de remuneração, no qual os técnicos, os supervisores e os contadores, controlados pelo proletariado armado, sejam pagos por salários não superiores a um “salário operário”. Eis é o Estado e a base econômica do Estado que precisamos.”

Neste raciocínio, a destruição da “máquina burocrática do estado” se reduzia à troca do seu comando. Mas para os novos comandantes valia a mesma racionalidade operacional que norteava a prática dos “parasitas” antes do outubro vermelho. E num país semiperiférico como a Rússia, o regime socialista, definido por Lênin (1970, p. 299, destaque do autor e tradução T.M) como “o monopólio capitalista de Estado colocado *a serviço de todo o povo*”, estava condenado de garantir, a qualquer custo, a importação da última palavra da organização de trabalho dos países do capitalismo avançado para

superar o atraso relativo de sua base econômica. Cabe lembrar aqui que os planejadores da jovem União Soviética assumiram com entusiasmo o *fordismo* e o *taylorismo* como receitas modernas e inovadoras da organização científica do trabalho⁴.

Convictos da necessidade de substituir nas unidades de produção o assembleísmo democrático dos tempos da revolução por uma férrea disciplina de trabalho e partindo da ideia de que o desenvolvimento de uma sociedade socialista passaria fatalmente pelo aproveitamento da racionalidade de planejamento que os grandes conglomerados privados e estatais já tinham introduzido na economia capitalista, os bolcheviques implantavam um “fordismo soviético” (Murry 1990), que se destacava por escalas de produção que ultrapassavam de longe as na América do Norte, mas que estava impedido de implementar aquilo que representava o cerne da lógica fordista nos Estados Unidos: a intrínseca relação entre produção em massa e consumo de massa. Se os fordistas americanos insistiam que os operários que produziam automóveis, precisavam ter condições de adquirir com os seus próprios salários estes mesmos produtos, inclusive para neutralizar os mecanismos nocivos de sua desqualificação, aos quais estavam sujeitos na linha de montagem, os soviéticos, em virtude do seu modelo desenvolvimentista que favorecia a indústria de investimentos, não tinham esta opção, uma vez que a profunda e estrutural carência de bens de consumo limitava, de forma expressiva, a oferta compensatória de incentivos materiais.

Neste contexto, é importante lembrar que a implementação do ambicioso programa industrializante dos bolcheviques foi realizada dentro de um país essencialmente agrário. A revolução e a guerra civil tinham devorado aproximadamente a metade dos operários especializados dos centros indústrias, deixando a vanguarda proletária do outubro vermelho literalmente de asa quebrada e fazendo com que o expressivo crescimento do partido bolchevique entre 1917 e 1927 – o número dos seus filiados passou neste período de 24.000 para 1.000.000 de pessoas –, tenha sido alimentado

⁴ Em 1924, Trotzki chegou ao cúmulo de dizer que “o bolchevismo americanizado conquistará e esmagará o americanismo imperialista.” (Cit. in: Murray 1990, p. 94, tradução T.M.).

por um “quadro social que nem mesmo com o maior esforço de imaginação podia ser considerado de como orientado por objetivos socialistas.” (Lewin 1986, p. 220)

Por outro lado, os camponeses, a esmagadora maioria da população, depois de terem se apropriado da terra da nobreza, rejeitavam majoritariamente qualquer iniciativa política que pudesse anular os “seus” ganhos que tinham sido proporcionados pela revolução de 1917.

O que fazer numa situação desta natureza? Manter a aliança com este setor social que tinha garantido o triunfo da revolução em 1917, a vitória na guerra civil em 1920 e, depois de ter sido repactuada pela NEP em 1921, se tornado de fundamental importância para os primeiros passos da recuperação econômica do país? Ou “quebrar a dependência do país em face do *mujique*?” (ibid., p. 238).

No meio dos próprios bolcheviques, Nikolai Bukharin, considerado por Lenin em seu famoso “testamento” como teórico de destaque entre os mais jovens dirigentes do partido, defendia a manutenção da NPE com uma linha de argumentação que encarava a União Soviética como um “grande laboratório” que, em virtude do seu próprio atraso econômico, deveria criar uma ponte entre o proletariado das “metrópoles mundiais” e os camponeses das “zonas rurais do mundo” (Teló 1986). Em princípio, tratava-se de uma proposta bastante coerente que poderia gerar insumos inovadores para as massas marginalizadas das áreas rurais de todas as regiões periféricas que, de qualquer maneira, representavam a esmagadora maioria da população mundial, tendo sido sempre tratadas, no âmbito das oficinas do marxismo europeu, como uma *quantité négligenciável*. Mas para exercer um possível papel de vanguardista na experimentação de caminhos de desenvolvimento que procurassem interligar a agricultura com o setor industrial em bases inovadoras e sustentáveis, a União Soviética precisava contar com dois recursos altamente preciosos que mais lhe faziam falta: **tempo e segurança**. Sitiada literalmente pelas potências imperialistas, não podia descartar a hipótese de uma intervenção externa que jogasse as últimas palavras da tecnologia militar contra ela. Na realidade, esta intervenção se apresentava como um perigo permanente, contra o qual havia apenas um remédio: a acelerada construção de um parque industrial dentro das fronteiras nacionais, capaz de fabricar as armas, com quais se pudesse enfrentar o

inimigo em condições iguais! A assim chamada segunda revolução, deslanchada no final dos anos vinte pelos stalinistas, traduz com nitidez esta problemática.⁵

Sem dúvida, deu início à um rumo político altamente desastroso:

--- **para a própria USSR**, porque transformou os camponeses em simples objetos do processo histórico, baixou a produtividade da agricultura no país de forma inédita e consolidou as tradições do autoritarismo do regime tsarista na vida política;

--- **para a esquerda do mundo inteiro** porque acabou identificando a ideia do socialismo com as práticas terroristas do stalinismo e, *last but not least*,

--- **para os países (semi)-periféricos**, porque colocou o trem da via não capitalista ao desenvolvimento em trilhas eminentemente indústrias.

Mas não pode ser classificada como uma política anti-racional, determinada pelo cérebro sinistro e caprichoso do “novo Dschingis Kahn”, como Bukharin tinha chamado Stalin, o seu antigo aliado no âmbito das lutas internas pelo poder no partido comunista e no estado soviético depois da morte de Lênin. Na realidade, se enquadrava nos constrangimentos da industrialização retardatária no âmbito do projeto da construção do “socialismo num só país”. Neste processo, o Estado, representado pelo Partido Comunista, pelo exercito e pela burocracia, era, sem dúvida, “o único produto do século XX” (Lewin, *ibid.* 221) que dispunha em sua cúpula de quadros que eram capazes de definir novos rumos para o desenvolvimento do país. Mas no que dizia respeito à implementação destes mesmos rumos, ele era mais refém do que senhor da situação: Em consequência de sua decisão de realizar, concomitantemente, a coletivização das propriedades camponesas e a aceleração da industrialização, enfrentava graves tensões, conflitos e confrontos no seio da própria sociedade soviética que, depois do abandono da NEP, procurava neutralizar através de políticas extremamente repressivas. Estas, por sua vez, encobertas ideologicamente pelo culto ao grande líder Stalin, fizeram

⁵ Foi a forçada industrialização que acabou garantindo aos soldados soviéticos a condição de enfrentar a máquina de guerra da Alemanha nazista à altura e não simplesmente com *a cavalaria vermelha* de Semión Budyenny que tinha combatido as tropas da contrarrevolução durante a guerra civil entre 1918 e 1920.

nascer um “Estado Prisão” (Victor Serge) que generalizava as práticas despóticas em todo o processo desenvolvimentista.

Mas é importante notar que, atrás das intensas discussões que os bolcheviques travavam no decorrer dos anos 20 sobre o caminho da industrialização do país, se escondia a vontade de evitar o altíssimo custo social que a implementação da primeira experiência não capitalista ao desenvolvimento industrial produziria fatalmente.

No entanto, uma vez iniciada com vigor e de maneira sistemática pelo grupo stalinista, aliás, através de “uma máquina de violência que teria deixado Pedro o Grande pálido e com inveja” (Bahro 1977, p. 118, tradução T.M.), e que controlava, com mão de ferro, os efeitos nocivos dos crescentes desequilíbrios entre campo e cidade, agricultura e indústria leve e indústria pesada, este modelo industrializante acabou proporcionando resultados surpreendentes. Permitiu aos soviéticos de montar, em tempo recorde, uma sólida base econômica, a partir da qual conseguiram rechaçar o ataque das forças armadas da Alemanha nazista e sair da segunda guerra mundial como superpotência no cenário internacional. Face ao exposto, cabe destacar: Iniciado num momento histórico em que a Grande Depressão de 1929 tinha desarticulado o funcionamento rotineiro do sistema econômico global, o caminho soviético ao desenvolvimento retardatário acabou se revelando como uma estratégia altamente eficiente para um país economicamente atrasado, cujos protagonistas políticos estavam decididos de aproveitar o “privilegio do atraso histórico” que, no dizer de Trotzki (1960, p. 20, tradução T.M.), permite ao *late-comer* na corrida desenvolvimentista de se apropriar “do produto acabado antes da hora e queimar etapas intermediárias.” A enorme eficácia da ação estatal durante a *acumulação socialista primitiva* (Eugen Preobrashensky) salta aos olhos, se levarmos em conta que “o PNB russo, dedicado ao consumo privado, que em outros países que estavam na fase da “partida” para a industrialização estava em torno de 80%, foi rebaixada para o nível espantoso de 51 ou 52%.”(Kenndy, ibid. p.310) Mas ao terem colocado “o primado da sociedade sobre o individuo e a subordinação de ambos ao Estado” (Gorz 1982, p. 97), os líderes da União Soviética se despediram definitivamente do referencial de libertação da utopia comunista. E acabaram perdendo estrondosamente o conflito sistêmico com o capitalismo ocidental a partir do momento em que este, depois de 1945, entrou em sua

"era de ouro"(Eric Hobsbawm), garantindo em seus tradicionais centros o atendimento das necessidades básicas da classe operária toda pela regulação keynesiana e dando aos indivíduos "a possibilidade de construírem para si, fora do trabalho, uma esfera *aparentemente* crescente de soberania individual" (Gorz 1982 p. 100, destaque o autor). Certamente, deve-se discutir se esta esfera se apresenta simplesmente como campo de ação de uma indústria cultural que está especializada em liberar as classes subalternas do "pensamento como negação" (Adorno, Horkheimer 2006, p. 119) ou se ela abriga, *in nuce*, o desejo do homem de se realizar além de objetivos puramente mercantis. (Gorz, *ibid.*)

“Quanto mais firmes se tornam as posições da indústria cultural – escrevem Adorno e Horkheimer (2006, p. 120, destaque T.M.) –, mais sumariamente ela pode proceder com as necessidades dos consumidores, produzindo-as, dirigindo-as, disciplinando-as e, inclusive, suspendendo a diversão (...) Mas a afinidade original entre os negócios e a diversão mostra-se em seu próprio sentido: **a apologia da sociedade**. Divertir-se significa estar de acordo. (...) Divertir significa sempre: (...)esquecer o sofrimento ate mesmo onde ele é mostrado. A impotência é a sua própria base. É na verdade uma fuga, mas não, como afirma, uma fuga da realidade ruim, mas da última ideia da resistência que essa realidade ainda deixa subsistir. **A liberação prometida pela diversão é a liberação do pensamento como negação.**”

Mas não pode haver dúvida de que a sua pura existência acabou ferindo mortalmente a lógica reprodutiva de um assim chamado socialismo realmente existente que "ao exigir que cada individuo se invista totalmente em seu trabalho e que o confunda com seus objetivos pessoais é opressiva e totalitária desde a raiz" (*ibid.*, p. 19).

II

Na medida em que entendemos a revolução bolchevique como “primeira *revolução anti-imperialista* dentro de um país que, por mais que tenha passado por um desenvolvimento capitalista próprio, ainda dispunha de uma estrutura predominantemente pré-capitalista” (Bahro 1977, p. 58, tradução T.M., destaque no

original), não surpreende que, diante de sua capacidade de afirmação política no âmbito do sistema internacional, uma parte considerável dos protagonistas do mundo (neo)colonial encarava o caminho soviético ao desenvolvimento industrial como alternativa para o seu próprio futuro. E isto se aplicava especialmente aos comunistas chineses, para os quais, após a proclamação da República Popular em outubro de 1949, a União Soviética se tornava um aliado natural, já que dispunha de experiências acumuladas na construção de um sistema econômico que procurava superar a lei capitalista do valor num país da (semi)-periferia do mercado mundial⁶.

No final dos anos 40, Mao Tse Tung, não obstante suas divergências com os stalinistas sobre a condução das lutas pela libertação nacional nas colônias, tinha reiterado, repetidas vezes, que, no âmbito do desenvolvimento das forças produtivas, o desafio era aprender com a USSR, sinalizando, assim, a sua vontade de se submeter a um modelo de desenvolvimento que, pelas condições do seu isolamento internacional, tinha priorizado a indústria pesada em detrimento da agricultura e da indústria do consumo.

No entanto, considerando que a liderança maoista do PCC tinha demonstrado durante a guerra revolucionária que não abriria mão de pensar com a sua própria cabeça as condições específicas da China, eram previsíveis futuras divergências sobre as modalidades da implantação de uma sociedade pós-capitalista. Neste contexto, é altamente instrutivo fazer referência à uma manifestação de Mao (cit. in: Martin 1977, p. 36,37,39 tradução e destaque T.M.) em 1958, na qual ele destaca a necessidade de encarar os problemas sociais e econômicos do país com um espírito criativo e independente.

“Depois da libertação do país inteiro – realçava o líder chinês em março do mencionado ano - (...) surgiram no trabalho nas áreas da economia, da cultura e da educação tendências de dogmatismo. Para o trabalho do setor militar se tentava introduzir visões dogmáticas. Mas os princípios essenciais se mantiveram, ainda não podemos falar em dogmatismo. O dogmatismo na

⁶ O Partido Comunista da China precisava urgentemente de apoio externo na reconstrução sócio- econômica de um país, cujas forças produtivas estavam bem menos desenvolvidas do que as da Rússia depois do *outubro vermelho* de 1917. Aparentemente, se encontrava numa situação melhor, já que podia contar com as experiências dos soviéticos. Em 1922, Lênin (1970, p. 822, tradução T.M.), no quarto congresso do COMINTERN, tinha destacado que os comunistas russos, do ponto de vista de suas políticas econômicas, estavam cometendo uma série de “tonterias” pelas seguintes razões: “Primeiro, porque somos um país atrasado, segundo, porque a nossa média educacional está extremamente reduzida, terceiro porque não estamos recebendo ajuda nenhuma. Nenhum único país civilizado está nos ajudando. Pelo contrário, todos trabalham contra nós.”

área econômica se mostrava, sobretudo, na indústria pesada, no trabalho do planejamento, no trabalho dos bancos e no trabalho estatístico (...). Considerando que não tínhamos noção nenhuma destes assuntos (...), podíamos apenas reproduzir o que nos foi oferecido. No nosso trabalho estatístico, copiamos quase inteiramente a União Soviética; na área educacional, a situação está bastante complicada (...) **Até as nossas experiências pedagógicas dos territórios libertados não levamos mais em conta.** O mesmo vale para o setor de saúde. Até me proibiram de comer por três anos ovos e caldo de galinha, já que um artigo, publicado na União Soviética, dizia que faria mal à saúde. Mais tarde falavam que se podia comer isto. De qualquer maneira, se um artigo foi correto ou não, os chineses obedeciam sempre de forma submissa. (...) Na indústria pesada, no que diz respeito às áreas da projeção, construção e montagem, estávamos muito ruins, não tínhamos experiência, a China não dispunha de especialistas, os ministros não eram técnicos, não havia outra opção do que copiar o estrangeiro. E mesmo copiando, não tínhamos condições de fazer uma seleção racional, dependíamos das experiências dos especialistas soviéticos (...) **Não tínhamos uma ideia clara da situação econômica em termos gerais; sobre a diferença entre a situação econômica da China e da União Soviética entendíamos menos ainda; nós seguimos o caminho dos soviéticos simplesmente de maneira cega.** (...) Eu falei ontem que muitos companheiros, diante das inúmeras regulações e sistemas que estão em vigor hoje, não analisam mais se um outro planejamento for possível e adequado, se não pudéssemos aquilo que se adapta à situação chinesa, colocar em prática e substituir por aquilo que não se adapta?”

Vale realçar que, nesta abordagem, Mao identifica o dogmatismo com políticas importadas que não refletem as particularidades da realidade concreta do país. Municia a sua argumentação com uma referência aos territórios libertados, onde os comunistas precisavam associar a reorganização das relações sociais com a criação de um exército vermelho em condições extremamente adversas⁷.

Ou seja: Num momento em que a tendência de copiar o *big brother* soviético ganhava espaço no país, ele re-atualizava a experiência vitoriosa da guerra revolucionária, baseada, por sua vez, numa política de *self-reliance*⁸ que integrava ingredientes como

⁷ Como disse Mao Tse Tung (cit. in: Martin 1977, p. 249, tradução T.M.) em 1964: “Em 1927, quando estávamos entrando na guerra, não entendíamos nada dela; sempre nós perdíamos, mais tarde começamos a aprender como fazê-la.”

⁸ Durante a guerra revolucionária a política do *self-reliance* envolvia a necessidade de equipar o exército vermelho com as armas conquistadas do inimigo.

“Se construirmos uma indústria de armamentos – destacou Mao (1972, p. 154, tradução T.M) em dezembro de 1936 -, não podemos permitir de ficarmos dependentes dela. O nosso rumo fundamental é o de aproveitar a indústria de armamentos dos imperialistas e dos nossos inimigos em nosso próprio país. Contamos com as fábricas armamentistas em Londres e Hanyangs. Quem nós serve como brigada de transporte, é o inimigo. Isto é uma verdade e não uma piada.” Ou seja: a confiança nas forças próprias não deixava se abalar pela precariedade do hardware bélico, já que esta podia ser compensada através da organização adequada dos recursos humanos dentro de uma perspectiva de

a rejeição da atitude mimética, a insistência no estudo minucioso da realidade concreta, a compensação da precariedade material pela organização dos recursos humanos, o incentivo à vontade de admitir e corrigir erros cometidos e a procura de um equilíbrio entre hierarquias e diretrizes centralizadas e movimentos de massa e a sua energia potencialmente revolucionária. Ingredientes, aliás, que, em seu conjunto, tinham fortalecido dentro do exército vermelho e do PCC “a capacidade subjetiva para a liderança” (Mao 1972, p. 27, tradução T.M.) e que precisavam ser adaptados ao desafio da implantação da reconstrução da China dentro de uma perspectiva socialista.

Partindo desta postura, Mao procurava traçar um caminho de desenvolvimento que, ao anatematizar o burocratismo da tecnocracia planejadora, privilegiava iniciativas de massa como o grande salto à frente, as comunas populares e a revolução cultural que giravam em torno de questões como a priorização do interesse comum, a redução da divisão entre o trabalho manual e intelectual, a crítica do uso de incentivos materiais no processo produtivo e o questionamento do regime de comando dos especialistas na economia.

As abordava como meios de combate às tendências restaurativas do capitalismo que, segundo ele, encontravam a sua causa principal na continuidade da primazia do trabalho morto sobre o trabalho vivo e da tecnologia sobre a consciência social. Nestes termos, rejeitava a ideia de que, bebendo das mesmas fontes técnico-científicas, o capitalismo e o socialismo acabariam chegando a um estado de convergência.

No entanto, não obstante às diferenças político-ideológicas que separavam os maoistas dos epígonos de Stalin; ambos cultivavam uma “moral socialista” (Gorz 1982, p. 19) que

“unidade entre o exército e o povo e (...) entre comandantes e comandados”, cimentada, por sua vez, por códigos de hierarquia que associavam a disciplina militar com um regime igualitário e transformavam, visivelmente, o exército vermelho num exército popular.

“Do comandante maior até as praças, – escreve Edgar Snow (1974, p. 265, tradução T.M.), cidadão norte-americano e o primeiro jornalista ocidental que visitou nos anos trinta as zonas vermelhas – todos recebem a mesma comida e vestem o mesmo uniforme. Somente os oficiais que alcançaram a posição de líder de batalhão, podiam dispor de um cavalo ou de uma mula. Eu constatei que mesmo os poucos petiscos disponíveis foram distribuídos de maneira justa – como tais foram encarados durante a minha estadia melancias e ameixas. Havia poucas diferenças nas condições de moradia entre os oficiais e os soldados comuns e, entre eles, se relacionavam sem qualquer formalidade.” Esta política igualitária, adotada durante a guerra revolucionária, representava, sem dúvida, o ponto de partida das estratégias maoistas de desenvolvimento depois da vitória militar.

exigia dos indivíduos uma identificação completa com o regime vigente e os seus objetivos⁹.

Ao falar em setembro de 1959 sobre a construção da *T'ienanmen Hall* em Beijing, Mao Tse Tung (in: Martin 1977, p. 233, tradução e destaque T.M.), transmite uma ideia da essência desta moral de trabalho no caso chinês.

“Com doze mil homens de todas as regiões do país inteiro, com todas as forças de todas as províncias do país todo, através do aproveitamento das forças técnicas e humanas; não havia mais nenhum domingo, todos os dias se trabalhava em três turnos, ninguém mais calculava salários por ajuste, muitas pessoas que, antes, trabalhavam oito horas, não paravam de trabalhar antes de terem completado doze horas. E será que exigiram para as quatro horas adicionais dinheiro? Não queriam nada. Houve alguns que não terminavam de trabalhar até a sua parte da construção toda estava pronta. **Alguns não dormiram nem dois dias, nem duas noites, eles não aguentavam apenas oito ou doze horas, aguentavam 48 horas. Todo este tempo não deixavam o seu lugar de trabalho. Precisava-se, neste momento, de incentivos materiais? Era necessário dar um salário extra de alguns Yuans? Isto eles não aceitaram. Estes homens não queriam isto.** Incentivos materiais são apenas incentivos materiais, isto daria apenas um salário de 50 Yuans, um montante tão reduzido, em vez de se preocupar com isto, **lutavam por uma causa comum.** Doze mil operários e empregados, eles terminavam em dez meses uma obra colossal desta natureza, atrás disso, não se esconde apenas a distribuição por “trabalho realizado”, mas aquilo que Lênin chamava tão

⁹ “Nós somos a melhor de todas as sociedades - escreve magistralmente André Gorz (1983, p. 103,104, tradução e destaques T.M.) sobre o caráter altamente repressivo da moral de trabalho no assim chamado socialismo real - aqui todos os homens são iguais e irmãos; se você não for feliz, se você não se identificar, sem ressalvas, com o seu papel social, neste caso você é perverso, maldoso, criminoso ou louco ou um inimigo do povo que está sendo pago pelos imperialistas. No entanto, cada sociedade, independentemente do seu sistema político, se apresenta sob diversos aspectos como uma grande máquina, cujo funcionamento exige que os indivíduos se submetam pontualmente aos seus imperativos técnicos, o que não têm nada de agradável ou de entusiástico. Na China, por exemplo, um destes imperativos é o esvaziamento das latrinas nos campos de plantio. No que concerne à esta necessidade, há duas possíveis formas de ação: Se pode dizer: tudo bem, isto é um trabalho de merda que, na realidade, ninguém gostaria de fazer. Por esta razão, precisamos dividi-lo ao máximo para que cada um aplique nele o menor tempo possível; mas – e isto foi o caso na China- se pode, também, partir do princípio de que o interesse coletivo na Grande Revolução Proletária pressupõe que cada um se identifique com as questões coletivas para poder servir melhor à sociedade, abrindo mão de suas aspirações individuais. Neste caso, se define o bom cidadão como herói do trabalho que se sacrifica alegremente pela revolução, encontrando, inclusive, a sua satisfação maior no esvaziamento das latrinas. A consequência disso é que este trabalho não figura mais como uma carga pesada e sim como uma obrigação cidadã. Para ser um bom cidadão é preciso amar o esvaziamento das latrinas. E considerando que há pessoas como os intelectuais, dos quais se pode supor que não estejam gostando deste trabalho, serão eles que, preferencialmente, estão sendo escolhidos para executá-lo. Além disso, espera-se que agradeçam ao grande timoneiro pelo fato dele ter criado para eles as felicidades desta ascensão. Até agora todos os regimes socialistas introduziram esta espécie de religião do trabalho. Não teria sido necessário de glorificar o trabalho se, de fato, fosse satisfatório. Mas sabemos que isto não é o caso e que uma sociedade com grandes unidades de produção, seja ela socialista ou capitalista, mantém, em parte, o caráter de uma grande máquina. E esta faz com que os homens se tornem servidores dos grandes sistemas reprodutivos em vez de transformarem estes sistemas em instrumentos para o desenvolvimento de todos os indivíduos.”

brilhantemente “o sábado do comunismo”, ele contem (trabalho) sem salário.”

A primeira vista, não é surpreendente que em países com baixos padrões tecnológicos a mobilização das massas em torno de causas comuns se torna referencial da política dos quadros dirigentes. E na China maoista, onde foi praticada em grande escala, esta política gerou, sem sombra de dúvida, resultados impressionantes:

1. Ao consolidar a reforma agrária e ao aumentar o controle do Estado na indústria e no comércio, o país acelerou, consideravelmente, o crescimento de sua economia, criando, inclusive, as bases de sua industrialização própria em ramos essenciais como os da química e da produção siderúrgica.
2. A partir dos anos sessenta, os avanços socioeconômicos foram realizados unicamente com recursos nacionais, já que, depois da ruptura com a União Soviética, não havia mais fonte externa. Neste contexto, cabe realçar que a China não pagou apenas todos os créditos e os bens civis e militares que tinha recebido do país do outubro vermelho. Ao mesmo tempo, começou a apoiar projetos de desenvolvimento em outros países terceiro-mundistas que, nos anos de 1958 até 1964, alcançaram o impressionante valor de 0,5% do PIB nacional.
3. Na China o crescimento da economia estava, de fato, acompanhada pela elevação real das condições de vida da população. Segundo Ajit Singh (1973, p. 414, tradução T.M.) da Universidade de Cambridge (Inglaterra), no período maoista, “não havia outro lugar no mundo, onde os ganhos do desenvolvimento econômico estavam distribuídos, de uma forma tão igualitária, como na China.”

No entanto, no que dizia respeito ao futuro do país, o próprio Mao (cit. in: Martin, *ibid.* p. 24, tradução T.M.) defendia a necessidade dele “alcançar e superar os mais desenvolvidos países ocidentais nas áreas econômica e cultural”. Mas será que este objetivo podia ser alcançado com políticas de mobilização de massa que zombavam de indicadores como eficiência administrativa, competência técnica e empenho

econômico e denunciavam os seus defensores como revisionistas ou inimigos de classe¹⁰?

Será que a China, com o peso de sua herança semi-colonial, podia se dar ao luxo de abrir mão de referências técnicas que, como realçavam os não- maoistas, deveriam conduzir qualquer economia moderna e industrializada, independentemente do regime político que a regularizava? Ou parafraseando Deng Hsiao Peng: Será que os chineses, em vez de investirem mais na capacidade dos gatos cassarem os ratos, deveriam continuar perdendo tempo com discussões sobre a cor destes animais? A resposta, dada pelo Partido Comunista da China, pouco tempo depois da morte do Grande Timoneiro , é conhecida: Partindo do princípio de que o caminho de Mao Tse Tung, dificilmente, levaria o estado nacional, no menor tempo possível, à uma posição econômica e militar que o colocasse à altura das potências maiores no âmbito do sistema internacional, os seus dirigentes, ao liberalizarem o mercado de trabalho e ao abrirem de forma gradual e seletiva o país para investimentos externos nas assim chamadas Zonas Econômicas Especiais (ZEE), começavam a institucionalizar a integração seletiva da economia chinesa no mercado mundial, transformando o país em pouco tempo num *industrial workshop of the world* para bens de baixo e médio valor agregado.

¹⁰ Aqui cabe lembrar que muitos especialistas estrangeiros que visitaram a China depois da Revolução Cultural, ficaram intrigados com a maneira como nas unidades produtivas se tentou diminuir a contradição entre trabalho intelectual e manual. A título de exemplo, mencionamos o economista canadense Barry M. Richmans (cit in: Singh, ibid, p. 396, tradução T.M.), professor na Universidade da Califórnia em Los Angeles, que comentou suas impressões sobre este aspecto da política maoista com as seguintes palavras:

“Séculos da história mundial bem como a experiência mostram nitidamente que o regime comunista da China não será capaz de eliminar o interesse próprio e as ambições materiais como motivação essencial - para diretores, técnicos e operários – na aplicação de suas forças e garantir, ao mesmo tempo, avanços substanciais e sustentáveis no processo da implementação de uma indústria. Se, por um milagre, o regime pudesse ter êxito com o seu projeto, isto proporcionaria grandes consequências filosóficas e culturais para o mundo inteiro. Mas aposto que um milagre deste tipo não se concretizará. Aposto, também, que uma sociedade sem classes e sem diferenças notáveis entre diretores e operários, entre *experts* e leigos, líderes e liderados e entre o trabalho intelectual e manual não funcionará. E ainda tem o problema relevante entre vermelhos e os *experts*. Na medida em que os vermelhos – seja pela forma que for – continuarem mandando no *management* chinês, isto, certamente, reduziria, de forma seria, o rendimento do trabalho e possivelmente traria estagnação econômica e até certos retrocessos. Finalmente, quem mais perde, quando nas fábricas industriais uma grande parte do tempo está sendo absorvida pela política e pela ideologia, são a eficiência da administração e o empenho econômico.” Tratava-se de uma preocupação que, certamente, inquietava não poucos representantes dos mais altos cargos do PCC chinês.

REFERENCIAIS

Adorno, Horkheimer: A dialética do esclarecimento, ZAHAR, São Paulo 2006.

Bahro, R.: Die Alternative. Zur Kritik des real existierenden Sozialismus, Europaeische Verlagsanstalt, Frankfurt am Main 1977.

Bettelheim, C. et. al.: China 1972. Oekonomie, Betrieb und Erziehung seit der Kulturrevolution, Wagenbach, Berlin 1972.

Carr, E. H.: The Interregnum 1923-1924, Penguin Books, Baltimore, Maryland 1969.

Deutscher, I.: Trotzki. O profeta armado 1879-1921, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro 2005.

Engels, F.: Die Entwicklung des Sozialismus von der Utopie zur Wissenschaft, in: Marx Engels Werke (MEW), Band 19, DIETZ VERLAG, BERLIN 1982.

Galissot, R.: O imperialismo e a questão colonial e nacional dos povos oprimidos, in: Hobsbawm, E.J. (org.): História Do Marxismo. Volume 8, PAZ E TERRA, São Paulo 1987.

Getzler, I.: Martov e os mencheviques antes e depois da revolução, in: Hobsbawm, E.J. (org.): História Do Marxismo. Volume 5, PAZ E TERRA, São Paulo 1986.

Gorz, A.: Adeus Ao Proletariado, Forense Universitária, Rio de Janeiro 1982.

Gorz, A.: Wege ins Paradies, Rotbuch Verlag, Berlin 1983.

Hobsbawm, E.: Era dos Extremos. O breve século XX 1914-1991, Companhia das Letras, São Paulo 1996.

Kennedy, P.: Ascensão e Queda Das Grandes Potências. Transformação Econômica e Conflito Militar de 1500 a 2000, Editora Campus, Rio de Janeiro 1989.

Knei-Paz, B.: Revolução permanente e revolução do atraso, in: Hobsbawm, E.J. (org.): História Do Marxismo. Volume 5, PAZ E TERRA, São Paulo 1986.

Lenin, W. I.: Bericht der Kommission fuer die nationale und koloniale Frage, in: Ausgewaehlte Werke Band III, DIETZ VERLAG, Berlin 1970.

Lenin, W.I.: Staat und Revolution, in: Ausgewaehlte Werke Band II, DIETZ VERLAG, Berlin 1970.

Lenin, W.I.: Ueber unsere Revolution, in: Ausgewaehlte Werke Band III, DIETZ VERLAG, Berlin 1970.

Lenin, W.I.: Urspruenglicher Entwurf der Thesen zur nationalen und zur kolonialen Frage, in: Ausgewaehlte Werke Band III, DIETZ VERLAG, Berlin 1970.

Lewin, M.: Para uma conceituação do stalinismo, in: Hobsbawm, E.J. (org.): História Do Marxismo. Volume 7, PAZ E TERRA, São Paulo 1986.

Mao Tse Tung: Sechs Militaerische Schriften, Verlag fuer fremdsprachige Literatur, Peking 1972.

Martin, H. (org.): Mao intern. Unveroeffentliche Schriften, Reden und Gespraechе Mao Tse-tungs, Hanser, Muenchen 1946-1976.

Mitschein, T. A.: Os Povos Colonizados. A via não capitalista ao desenvolvimento industrial e o legado de Frantz Fanon para o hemisfério Sul, Publicações Trópico em Movimento, IENCI/UFGA, Belém 2015.

Murray, R.: Fordismus und Sozialismus, in: Prokla 81, 20. Jg., Dezember 1990.

Salvadori, M., L.: A crítica marxista ao stalinismo, in: Hobsbawm, E.J. (org.): História Do Marxismo. Volume 7, Paz e Terra, São Paulo 1986.

Snow, E.: Roter Stern ueber China. Mao-Tse-tung und die chinesische Revolution, DTV, Frankfurt am Main 1974.

Telô, M.: Bukharin: economia e política na construção do socialismo, in: Hobsbawm, E.J. (org.): História Do Marxismo. Volume 7, PAZ E TERRA, São Paulo 1986.

Trotsky, L.: Geschichte der Russischen Revolution, S. Fischer Verlag, Berlin 1960.

Walicki, A.: Socialismo russo e populismo, in: Hobsbawm, E.J. (org.): História Do Marxismo. Volume 3, PAZ E TERRA, São Paulo 1986.

Weber, H. (org.): Lenin. Aus den Schriften 1895 – 1923, DTV, Muenchen 1967.